

# O PAPEL DO TERRITÓRIO NOS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS REDES SOLIDÁRIAS

SILVIA APARECIDA GUARNIERI ORTIGOZA

Professora Livre Docente, Departamento de Geografia-IGCE-UNESP-Rio Claro

[sago@rc.unesp.br](mailto:sago@rc.unesp.br)

AURO APARECIDO MENDES

Professor Livre Docente, Departamento de Geografia-IGCE-UNESP-Rio Claro

[auromendes@uol.com.br](mailto:auromendes@uol.com.br)

GT2: Redes e Organizações Solidárias

## **Introdução:**

Por meio das relações de poder e dominação entre classes sociais e seus diversos interesses é que o território é produzido. É pelo território que conseguimos compreender as disputas, geralmente, pautadas nos princípios capitalistas da acumulação. A exclusão social da maior parte da população é materializada no território, mas, também, as lutas sociais e as alternativas de sobrevivência e de justiça social. Assim, o território tanto pode ser a prisão, como a libertação dos cidadãos; isso porque ele contém a realidade socioespacial e o devir como possibilidade emancipatória.

O capitalismo foi se estruturando ao longo do tempo, organizando a própria vida social e gerando muitas contradições, como, por exemplo, a pobreza de grande parcela da população mundial. A economia solidária surge, de forma mais contundente, no final do século XX, como uma necessidade de se construir outro caminho econômico menos desigual, com mais justiça social. Como contraponto ao capitalismo, essa outra economia faz emergir na sociedade sentimentos de cooperação e solidariedade, rebatendo à concorrência a qualquer preço. O processo de acumulação e concentração que eram guiados por um trabalho alienado, vai, aos poucos, cedendo lugar ao trabalho consciente e criativo, com respeito ao meio ambiente e as pessoas, resgatando a autoestima e a dignidade humana.

As diversas ações em economia solidária sempre apresentam vínculos territoriais específicos, e, neste contexto, este artigo irá privilegiar a abordagem territorial, procurando

unir as diferentes esferas (social, política, cultural, ambiental) que o capitalismo separou. Em uma publicação anterior observamos que: “Enquanto no capitalismo moderno, a mundialização e a desterritorialização da produção e das mercadorias é uma forte tendência, na economia solidária há um grande esforço no sentido de resgatar os vínculos com o local. E a produção pode, assim, se reterritorializar.” (ORTIGOZA, 2014, p. 245, 246 )

No território brasileiro, que é rico em contradições, vem despontando com força a economia solidária, e, portanto, o território renasce como uma categoria de análise essencial para a compreensão desse novo caminho econômico.

Nos últimos 15 anos têm surgido no Brasil, diversas iniciativas promissoras em economia solidária que acabam apontando novos e diferentes caminhos para o desenvolvimento territorial, neste artigo, serão apresentadas algumas experiências vividas em Rio Claro (SP), que têm auxiliado a inclusão produtiva de diversas pessoas que se encontravam sem perspectiva de trabalho e renda. No que tange ao percurso teórico do artigo, destacaremos o território como categoria analítica e, também, abordaremos a importância da organização das redes no desenvolvimento da economia solidária.

O texto apresenta, além desta breve introdução, duas partes, na primeira, faz-se referência a algumas premissas teóricas sobre território e redes geográficas e, na segunda parte, relata a experiência de Rio Claro para que, ao final, sejam traçadas algumas considerações sobre a conjugação da teoria com a experiência, levando em conta o papel do território nos desafios da organização e consolidação das redes solidárias.

### **Outra globalização, outra economia: alguns pressupostos teóricos sobre as concepções de território e redes geográficas**

É possível pensar em uma outra globalização e outra economia? Partindo desta grande questão, apontamos, primeiramente, dois autores que nos ajudam a aprofundar o pensamento sobre esta problemática, são eles, Santos (2000) que nos leva pensar na proeminência de uma outra globalização que vem se projetando no período atual da história e Singer (2002) que, com a mesma esperança, nos faz acreditar que uma outra economia é possível.

Santos (2000) foi buscar sua interpretação da emergência de outra globalização, a partir da observação da tirania da informação, do dinheiro e do progresso técnico que acabam sendo aproveitados por uma minoria de atores globais. Tudo isso relacionado ao aprofundamento

da competitividade e do empobrecimento crescente das massas, cria uma situação insustentável, já que nem os Estados são capazes de regular a vida coletiva de forma mais justa e com menos conflito.

Se há um resultado positivo diante das enormes injustiças sociais, esse é o surgimento de diversos sinais de resistências, isso é perceptível nos movimentos populares que tem como protagonistas as camadas mais pobres da população. São essas resistências que segundo Santos (2000) podem ser consideradas as sementes de uma evolução positiva, que deverá conduzir ao estabelecimento de uma outra globalização.

Para Santos (2000, p. 170), uma outra globalização seria representada pela “realização de uma vida coletiva solidária e, passando da escala do lugar à escala do planeta”. Observamos que o referido autor nos passa uma mensagem de esperança na construção de um novo universalismo, mais justo para todas as pessoas.

Por outro lado, pensando em uma outra economia, Singer (2002, 2004), nos incentiva a pensar e acreditar numa economia mais humanizada e solidária e nos orienta sobre as saídas e alternativas para fugirmos da lógica perversa das relações de trabalho do mundo capitalista. Procura sempre ressaltar as experiências bem-sucedidas, procurando estimular novas práticas de trabalho baseadas na solidariedade e na generosidade humana. Para ele “solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais.” (SINGER, 2002, p. 1)

O que há de comum entre esses dois autores é a constatação que a globalização e o modelo econômico alcançou um patamar de tanta perversidade, criando enormes desigualdades e extremos níveis de pobreza que, seus limites foram anunciados, há, portanto, que buscar novas formas de se produzir, de consumir e de se relacionar (homens com os homens e homens com o meio ambiente). No ápice da globalização as forças endógenas deverão ressurgir e o trabalho e as relações de produção deverão ser ressignificados.

Mance (1999, 2005) é outro autor que também tem centrado suas reflexões sobre a ideia de que a colaboração solidária se constitui em uma alternativa pós-capitalista à globalização atual, no trecho abaixo caracteriza a economia solidária como uma possibilidade real de transformação.

A economia solidária é um novo caminho, centrado na colaboração entre pessoas e povos, que nos exige coerência entre nossos propósitos, palavras e ações. É uma alternativa viável para o nascimento de uma

nova forma de satisfazer as necessidades materiais requeridas ao exercício ético da liberdade humana, de maneira justa e sustentável, compartilhando-se a riqueza produzida em favor do bem-viver de todos. Participar da sua construção é uma dádiva e um compromisso. É simultaneamente uma transformação pessoal e coletiva. Transformações que se operam na colaboração solidária que vai dando origem a melhores condições de vida a milhões de pessoas em diversas partes do mundo que, com suas soluções coletivas, promovem a justiça e a paz, o respeito à dignidade de cada pessoa e a proteção do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas. (MANCE, 2005, p. 15)

Arruda (1996) também apresenta, como proposta para um novo modelo de desenvolvimento, o cooperativismo autogestionário e solidário que serão capazes de reconstruir o global a partir da diversidade do local e do nacional. Nesse processo “(...) o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da sócio economia na nova era que se anuncia”. (Arruda, 1996, p. 4). Toda essas transformações requer inovação do espaço da empresa, da comunidade e das relações de trabalho e de troca entre os diversos agentes.

Neste texto, nós comungamos da esperança de mudança dos autores citados e, complementamos os referidos pensamentos com a ideia de que tanto a “nova” globalização como a “nova” economia, têm suas raízes transformadoras sedimentadas no território, e, portanto, só por meio dele conseguimos vislumbrar as reais condições de mudanças. Isso porque, as experiências cotidianas se concretizam no território, é partir dele que conseguimos enxergar as vivências, sociabilidades, identidades e resistências. O território é resultado de tempos e espaços específicos, assim compreender a complexidade envolvida na economia solidária e as reais possibilidades de representar mudanças sociais e produtivas, requer uma abordagem territorial do processo.

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados. Crescentemente reunidas em cidades cada vez mais numerosas e maiores,

e experimentando a situação de vizinhança (que, segundo Sartre, é reveladora), essas pessoas não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica e, por isso, com frequência podem se entregar a manifestações que são a contraface do pragmatismo. Assim, junto à busca da sobrevivência, vemos produzir-se, na base da sociedade, um pragmatismo mesclado com a emoção, a partir dos lugares e das pessoas juntos. Esse é, também, um modo de insurreição em relação à globalização, com a descoberta de que, a despeito de sermos o que somos, podemos também desejar ser outra coisa. (SANTOS, 2000, p. 55, 56)

A evolução do conceito de território tem transformado muito sua forma de pensá-lo. Atualmente, o território tem se revestido de um papel ativo e, com isso, seu entendimento torna-se mais complexo e dinâmico. Múltiplos enfoques e perspectivas de análise se fazem presente quando se quer trabalhar com a categoria “território”, para Raffestin (1993), o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo; é o espaço político por excelência, o campo de ação.

O referido autor ainda complementa a ideia dizendo que o território “(...) é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 50)

A partir de Raffestin que é uma das grandes referências no entendimento do território, o conceito passou por diversas dimensões (área, poder, controle, cultura e identidade), devido as várias nuances e visões embutidas nas diferentes definições de território como um conceito complexo. Neste texto, não será nosso foco compreender cada uma destas dimensões, e sim, abordar algumas contribuições de alguns autores que auxiliam no entendimento do papel da abordagem territorial para o momento atual da história, trata-se de colocar o território em destaque para compreender sua importância na mudança/passagem de uma economia centrada no individualismo e no lucro, para outra centrada na autogestão e na solidariedade.

Saquet (2007, p. 113) nos adverte que “o território é condição de processos de desenvolvimento”, neste contexto, é preciso então considerar sua importância e seu significado nos novos rumos do desenvolvimento territorial que vêm sendo tomados pela economia solidária.

Para Claval (1999) há uma indissociabilidade entre território e a questão da identidade, já que a construção das representações espaciais é inseparável da construção das identidades. A partir das ideias do referido autor é preciso considerar que o território contém relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos que são diferentes em cada lugar.

Pelo que foi exposto até aqui, observamos que, muitos dos gestores públicos ligados à economia solidária, ainda têm uma visão ingênua do território, ou seja, o território tem uma conotação vinculada a um “palco” onde se realizam as atividades econômicas e que abrigam as relações de trabalho. Pensado dessa forma, ele nada mais é do que uma localidade, uma comunidade ou um bairro que seja passível de mapeamento dos qualitativos para a implantação de políticas públicas. Neste sentido, todo cuidado é pouco, para que o território se converta de fato em uma categoria de análise que nos ajuda a compreender as ações e possibilidades da economia solidária.

Diante da visão estática de território que, notadamente, é usada pelos gestores públicos, e, também, por outro lado, a força da abstração contida na teorização excessiva sobre território, há que se encontrar um *modus operandi* que faça com que o território apareça na economia solidária como um território ativo. Um território ativo que é a acumulação do tempo, e portanto, história viva e que aponta para um futuro cheio de esperança para a “nova” economia e “nova globalização”.

É preciso levar em conta as práticas cotidianas e as especificidades territoriais, sem supervalorizar os fatores de localização, delimitação e coerência, só assim focaremos em suas reais contradições. Sobre estas questões, Haesbaert (2010) demonstra certa preocupação e comenta sobre o risco de transformar o território “(...) num conceito que não só, epistemologicamente, tem a pretensão de dar conta de toda a complexidade do espaço geográfico [...], como também, num sentido normativo, acaba se tornando uma verdadeira panacéia em termos de políticas públicas” (p. 156).

O referido autor aborda também em outro texto a problemática da multiterritorialidade pode ser concebida pela combinação de uma forma inédita da intervenção e, de certa forma, da vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios. (HAESBAERT, 2004)

Em economia solidária tem que se considerar a multiplicidade dos territórios, para não correr o risco de se construir “receitas” de políticas públicas em nível nacional. As ações para que sejam de fato transformadoras, devem contemplar a multiterritorialidade como a única perspectiva para construir uma outra economia. A multiterritorialidade é resultante da sobreposição de territórios, encaixados e articulados.

É preciso, ainda, que se reconheça a necessidade de garantir os direitos de todos os envolvidos dentro de uma perspectiva universalmente igualitária, mas distinguindo as diferenças humanas e preservando a multiculturalidade. Dito de outro modo, a economia solidária, não poderá ter as mesmas ações e estratégias em uma comunidade quilombola, em uma comunidade de pescadores, em uma tribo urbana ou em um bairro operário localizado em uma metrópole, deverá sempre utilizar os mecanismos políticos que são de todos, procurando, ao beneficiar alguns, levar em conta os conteúdos territoriais, isso é que dará coerência ao movimento da economia solidária. Afinal, por ser um caminho econômico diferente, deve considerar as especificidades, as similaridades e, principalmente o que há de luta comum.

Para avaliar a importância do território para a economia solidária é preciso, primeiramente, considerar o valor da identidade cultural na formação da subjetividade e na manutenção das especificidades em cada localidade. Tudo isso parece-nos essencial para compreender o significado do simbolismo, da afetividade e da sensação de pertencimento contidos nas diferentes comunidades.

A partir dessas considerações, sobre o território, que estão longe de serem esgotadas, traremos para o debate a reflexão sobre a concepção de redes geográficas, procurando definir os pontos positivos e negativos das mesmas para a economia solidária.

A grande questão é: como a consolidação de redes geográficas em economia solidária pode contribuir com a democratização desta economia, sem que, ao mesmo tempo, não se converta num risco de homogeneizar as iniciativas e moldar a criatividade?

O conceito de rede transformou-se nas últimas décadas, além disso, na prática, acabou se convertendo em uma alternativa de organização das esferas contemporâneas de atuação e articulação social que atende as demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização. Uma definição bastante objetiva de redes é a proposta por Corrêa (1997) “(...) um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações.” (p. 107). É importante para este autor diferenciarmos redes sociais de redes geográficas, e nos explica que: “As redes geográficas são redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida.” (CORRÊA, 2004, p. 200)

Para o referido autor, a análise das redes geográficas deve contemplar três dimensões: organizacional, temporal e espacial. E, nesta perspectiva, Corrêa (1997) especifica um quadro metodológico que permite identificar a configuração interna e estruturação da rede,

a duração da rede, a velocidade dos fluxos, a frequência de como a rede se estabelece, além disso, nos leva a compreensão da escala, da forma espacial e da conexão.

Nesta discussão sobre o papel das redes no mundo atual, Santos (2005) aborda as seguintes questões:

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns.

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas.

Esse acontecer simultâneo, tornado possível graças aos milagres da ciência, cria novas solidariedades: a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares. (p. 256)

No que tange as formas de organizações da economia solidária, Mance (1999), coloca que elas podem ser denominadas de “redes de colaboração solidária” e têm como base o trabalho em conjunto, interligado por movimentos de consumo e produção verticalizados e encadeados em células produtivas.

Com base na dimensão organizacional desse tipo rede, o produto final de um empreendimento econômico solidário servirá de insumo demandado por outro, ocorrendo um processo de retroalimentação que elevará as condições de autossuficiência da rede.

As redes na economia solidária representam grandes desafios no sentido de potencializar os esforços para a minimizar algumas limitações tecnológicas, produtivas ou espaciais, todavia, elas oferecem uma ameaça a manutenção de alguns qualitativos que caracterizam esta economia, ou seja, passa-se a selecionar determinados pontos, partes ou grupos e, ao fazerem isso, estão usando algumas normas amplamente racionalizadoras e carregadas de ideologia muito utilizada pelas grandes corporações capitalistas. Como eliminar essas contradições?



É preciso, que o princípio da solidariedade esteja sempre sendo renovado, e que esteja no comando e na condução das redes. Também não se pode deturpar as redes solidárias com elementos e agentes capitalistas, ou seja, os agentes devem ser exclusivamente, os empreendimentos econômicos solidários, os gestores públicos e as entidades de fomento. A estrutura organizacional da rede deve estar sedimentada nos princípios da economia solidária, mesmo que em determinados momentos e de forma descontínua, haja uma certa interlocução com o capitalismo via mercado.

É preciso considerar que a economia solidária, em determinados momentos e, dependendo dos processos (de produção, de comercialização e de consumo), terá contato com agentes do mundo capitalista, pois trata-se de uma economia alternativa e, portanto, sujeita a diversos níveis de integração com o modelo econômico hegemônico.

Deve-se ficar atento aos benefícios da organização em forma de redes, tais como: sua capacidade de inserção social de grupos; a democratização dos saberes, a agilidade em alguns processos de produção e de trabalho. Mas, também é preciso reconhecer, que, juntamente, com seu peso organizacional, que foi criado para padronizar, homogeneizar e racionalizar as redes, pode vir algumas deformidades que oferecem riscos a manutenção dos princípios solidários. Assim, se a dimensão organizacional é o grande “perigo” tem que haver um esforço no sentido de valorizar as duas outras dimensões: a temporal e a espacial. O tempo das redes de economia solidária deve ser aquele da vida, do cotidiano e o espaço aquele do fazer solidário, do trabalho, enfim o espaço colaborativo. Mediante esta concepção diferenciada de rede, haverá maiores chances de se prezar pela construção de redes heterogêneas, priorizando a manutenção dos princípios solidários.

Neste contexto, Santos (2005), nos faz um alerta:

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los. Daí o interesse de retomar a noção de espaço banal, isto é, o território de todos, freqüentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns. Contrapõem-se, assim, o território todo e algumas de suas partes, ou pontos, isto é, as redes. (SANTOS, 2005, p. 259)

Como podemos observar este debate é polêmico e tem muito a avançar, pois o território é marcado pelas experiências espaciais cotidianas que integram os princípios da vida social, contempla, portanto, as culturas e seus significados, as atividades econômicas e o poder político. E, embora, a conexão do território se realiza, muitas vezes, por meio da estruturação em forma de rede, integrando diferentes pontos ou áreas, há uma grande separação entre território e rede. Esta separação se deve ao fato de que no território o acontecer solidário preenche o tempo e espaço de forma horizontal e contínua, e, nas redes, há uma certa expansão da solidariedade, mas de forma vertical, e descontínua. Com base neste raciocínio, podemos dizer que, enquanto o território delimita e enraíza as ações solidárias no espaço de lugares, as redes expandem e desenraizam as ações solidárias no espaço de fluxos.

### **Valorizando territórios e construindo redes: o Programa de Economia Solidária de Rio Claro**

Neste parte do texto será avaliado o Projeto desenvolvido na cidade Rio Claro, por geógrafos vinculados ao Laboratório de Estudos Territoriais – LAET/UNESP e gestores públicos ligados a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Rio Claro. O referido projeto tem como foco central buscar possibilidades de trabalho e renda para pessoas que se encontram em extrema pobreza e beneficiários da bolsa família. Desafios do projeto: a) construir uma rede social, territorialmente articulada, que envolva toda as etapas da produção, comércio e consumo; b) buscar caminhos para um desenvolvimento territorial resguardando as relações sociais, as especificidades, diversidades culturais presentes em cada comunidade; c) estabelecer vínculos das mercadorias e serviços produzidos com o território; d) conquistar condições de vida e de trabalho menos exploratórias valorizando o bem viver. Trata-se de um movimento transformador que almeja uma ação bem diferente daquela praticada pelo grande capital, que tem buscado impor uma lógica global de reprodução capitalista no espaço.

Em Rio Claro, há um renascimento da economia solidária, nos últimos oito anos, que só foi possível a partir da articulação da população mais carente com o governo local. Tudo isso demonstra que a economia solidária é um movimento social e político que traz em seu bojo uma proposta de transformação social capaz de responder às crises do mundo do trabalho e à realidade ampla de exclusão social vivida por muitas pessoas.

Santos (2000) observa que está ocorrendo “uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa” o que tem representado uma possibilidade, cada vez mais frequente, de se difundir. E complementa dizendo que “a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos “de baixo”, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias.” (SANTOS, 2000, p. 70)

Notadamente, conseguimos observar estas possibilidades sendo abertas no cotidiano da cidade de Rio Claro, o primeiro relatório do Projeto deu origem a um livro e no conjunto de seus textos fica visível que, no exercício da prática em economia solidária resgata-se um ideário, que nos permite contemplar utopias e acreditar em possibilidades de mudanças na realidade socioespacial, rompendo possíveis amarras do pensamento e desfazendo os nós do capital. (MENDES, CORTEZ E ORTIGOZA, 2013)

A equipe do Projeto teve, a partir de 2010, um primeiro desafio que foi o de criar as condições para implantar o Programa de Economia Solidária de Rio Claro (SP), para tanto, foi preciso localizar os sujeitos mais necessitados e mapear seus territórios tendo um quadro geral das condições de vida e da vulnerabilidade social no município. Em oito de março de 2010, foi instituída legalmente, por meio da Lei 4036, a Política Pública de Economia Solidária e, também, no mesmo ano, foi criado o Centro Público de Economia Solidária com o intuito de articular coletividades. Este Centro abrigará a Incubadora Popular e o Ponto Fixo de comercialização dos produtos, trata-se de um ambiente inspirador que já tem acolhido diversas ações em economia solidária.

No contexto desta política pública municipal, a criação do Fórum Municipal de Economia Solidária foi uma iniciativa extremamente importante. Com o fórum o Programa Municipal de Economia Solidária foi ganhando visibilidade, pois logo se converteu em um importante instrumento democrático para que a sociedade envolvida. Os participantes do fórum passaram a exercer a cidadania de forma participativa, colocando as prioridades do movimento, criando mecanismos de mobilização e, conseqüentemente, fortalecendo a economia solidária no município.

Outra contribuição do fórum tem sido a organização da sociedade civil; em cada nova reunião vem aumentando a adesão de novos grupos de pessoas interessados em conhecer mais sobre os princípios da economia solidária. Os empreendimentos econômicos solidários passam através dos fóruns a compreender melhor seus processos de trabalho na perspectiva da solidariedade e do cooperativismo, a meta é que todos os envolvidos alcancem a autossuficiência e autogestão, potencializando as atividades desenvolvidas nos diversos territórios.

Outra conquista do Programa de Economia Solidária foi instituir o Conselho Municipal de Economia Solidária que tem sido responsável por deliberar sobre diversos assuntos que se relacionam a economia solidária de modo a garantir o pleno desenvolvimento das Políticas Públicas sobre este tema em Rio Claro.

No ano de 2014, foram realizadas a I Pré-Conferência e a I Conferência Municipal de Economia Solidária, responsáveis por subsidiar a construção do Plano Municipal de Economia Solidária. O referido Plano foi resultado da participação maciça das pessoas envolvidas no movimento social de economia solidária de Rio Claro e demonstra os principais princípios, metas e diretrizes a serem seguidos nos próximos três anos no município. A aprovação do Plano ocorreu por meio de audiência pública e durante todas as etapas de sua elaboração houve a participação popular.

A conquista da cidadania ficou assim confirmada pelo grande número de pessoas que participaram ativamente de todo o processo da construção do Plano Municipal de Economia Solidária garantindo a valorização dos atores e de suas lutas em prol de maior justiça social.

A população de Rio Claro envolvida na economia solidária conseguiu construir um espaço democrático e participativo, e hoje se encontra territorialmente articulada, mas tem agora novos desafios, tais como o de implantar a Incubadora Popular para que possa garantir, aos empreendimentos que precisem um lugar que permita desenvolver as etapas de produção e comercialização com qualidade e sustentabilidade. Outro desafio é o de construir redes capazes de organizar a economia solidária em todo o território urbano resguardando as especificidades e diversidades culturais presentes em cada comunidade, a meta final seria a conquista de um desenvolvimento territorial contínuo e duradouro. Também vem tornando-se um desafio central a criação de estratégias comerciais, como feiras e pontos fixos, que possam valorizar os vínculos das mercadorias e serviços produzidos com o território. E o último desafio, mais geral e global, é o de conquistar condições de vida e de trabalho menos exploratórias valorizando o bem viver.

Todos esses desafios aqui apontados estão sendo gradualmente vencidos, observa-se que as pessoas já são capazes de reconhecer no território as potencialidades e os mecanismos de sobrevivência possíveis e, também, já detectaram a importância da construção de redes produtivas e comerciais que não busquem homogeneizá-los e sim garantam uma inserção produtiva, ofereçam melhores condições de inclusão social a um maior número de pessoas.

Assim, de forma bem resumida, colocamos as experiências vividas pelos agentes envolvidos no Programa de Economia Solidária, procurando demonstrar os desafios da territorialização das iniciativas e ações em prol da valorização da economia solidária.

### **Considerações finais:**

Ao apresentar neste artigo uma reflexão sobre o papel do território nos desafios da organização e consolidação das redes solidárias, tínhamos em mente, demonstrar que não existem, e de fato não devem existir, na economia solidária, modelos de condutas e etapas produtivas a serem seguidas, pois isso além de deformar seus princípios vai na contramão da tão valorizada experiência vivida e desalienação via trabalho.

Demonstramos que as redes colaborativas podem potencializar os fluxos solidários de produção, comercialização, consumo, financiamento e apropriação tecnológica, assim, apesar de reconhecer que a organização de redes de colaboração solidária tem se mostrado uma estratégia viável para promover o crescimento orgânico da economia solidária, deixamos um alerta para que a expansão dessas redes não pode visar só a potencialização das conexões e dos fluxos, mas tem que ter como meta principal gerar e multiplicar o conhecimento, dando oportunidades a todos.

Dessa forma, quando se coloca os riscos da pressão da homogeneização via formação de redes geográficas em economia solidária, não estamos generalizando, já que, muitas redes são formadas de modo a garantir as especificidades e liberdade.

Em Rio Claro, essa valorização das especificidades e da liberdade tem sido uma busca frequente, ou seja, é necessária a construção de redes que permitam a parceria e a conexão de grupos, mas elas teriam ainda uma grande missão que é a de vencer alguns limites impostos pelo modelo econômico hegemônico. Na visão de Constantino (2007), a economia solidária se traduz como um “movimento contra-hegemônico à globalização do capital e que constitui um fato de alcance mundial, revelando suas potencialidades de modo particularmente avançado e heurístico no Brasil”. (p.113)

Um movimento social contra-hegemônico preza por condições mais justas de trabalho e mantém a independência, por meio do fortalecimento da democracia e do respeito à liberdade de opinião. Ressaltamos neste artigo que consolidar no campo econômico uma cultura de solidariedade, com ética, transparência e liberdade, não é algo fácil, justamente porque os interesses do mercado e do lucro a todo custo estão cotidianamente pressionando toda a sociedade.

Assentado nesses valores observa-se que esse movimento econômico solidário é bastante complexo, pois a incorporação de novos tipos de redes e novos sujeitos sociais depende das considerações de vários princípios que estão assentados na autogestão e na solidariedade. No município de Rio Claro, observa-se que, muitas pessoas, embora, já façam parte do movimento social e lutam pela promoção da inserção social e da geração de trabalho e renda, ainda não assimilam na totalidade os princípios da economia solidária. Assim, percebe-se que o próprio movimento é diverso e desigual, pois estão presentes em cada território e, baseiam-se nas potencialidades dos próprios sujeitos, assim, vão construindo o “saber fazer” e as formas de trabalho conquistando de forma gradual a solidariedade e a identidade territorial.

Assim, é possível observar que:

(...) as experiências, no âmbito da economia solidária brasileira, são muito diversificadas e, embora, as políticas públicas federais venham dando as diretrizes centrais do processo de desenvolvimento social, econômico e territorial, é, na esfera local, ou seja, do município, que essas políticas públicas se realizam de fato. Assim, são criados os planos e ações que consideram, sobretudo, a diversidade cultural, a identidade local e as experiências cotidianas das diferentes comunidades, sejam elas urbanas ou rurais. A ideia central é a formação de territórios-rede, capazes de criar formas de cooperação e solidariedade, de modo que, os diferentes territórios se unam em prol de um mesmo projeto: o desenvolvimento territorial centrado na economia solidária. (ORTIGOZA, 2014, p. 254)

Em Rio Claro, nos últimos oito anos houve um avanço da governança municipal em economia solidária, pois a Universidade, a sociedade civil e os gestores públicos conseguiram, criar políticas públicas coerentes com a proposta de desenvolvimento dessa outra economia, para tanto, destacou-se como papel central o incentivo a um processo de emancipação social e produtiva, por meio dos fóruns. Os agentes envolvidos com a economia solidária voltaram o olhar para o território local, fazendo emergir, nas comunidades, potencialidades endógenas para o desenvolvimento de novas atividades produtivas solidárias. Diante de todo o exposto, podemos dizer que há em Rio Claro uma visão bastante otimista de continuidade do Programa de Economia Solidária para os

próximos anos e, todos os envolvidos, têm plena consciência dos grandes problemas que ainda terão de ser superados. Mas, temos a convicção de que a vontade de conquistar um mundo mais justo, fará com que a luta social persista, revigorando a elaboração de novas ideias e soluções.

### **Referências:**

ARRUDA, Marcos. **Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa**. Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. In: ARRUDA, M. BOFF, L. Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul. Petrópolis: Vozes, 2000. p.49 - 102.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. In: **Revista Geographia**. Ano 1 – nº2, 1999.

CONSTANTINO, A. K. A Economia Solidária e os novos movimentos sociais: um caso paradigmático? **Economia Solidária e Ação Cooperativa**. Vol. 2, julho/dezembro. p.112-128. 2007.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. Redes Geográficas: Reflexões sobre um tema persistente. In **Revista Cidades**. Volume 9 Número 16. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004. p. 199-218.

HAESBAERT, R. **Território e região no desafio dos conceitos para uma política de ordenamento territorial**. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Orgs.). (Geo) grafias dos movimentos sociais. UEFS Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MANCINI, E. A. **A revolução das redes – A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes. 1999.

\_\_\_\_\_. **A Revolução das Redes de Colaboração Solidária**. Encontro Internacional de Economistas Salesianas, Sevilha, 2005.

MENDES, A. A.; CORTEZ, A.T.C.; ORTIGOZA, S.A.G. (Orgs). **Desfazendo os nós do capital**. Bauru: Canal 6, 2013.

ORTIGOZA, S. A. Vamos privilegiar os mais fracos: a economia solidária brasileira como possibilidade de (re)inserção do território como base do desenvolvimento. **GOT, – Revista de Geografia e Ordenamento do Território**. n.º 6. p. 241-257. 2014.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**, Record, São Paulo. 2000.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: **OSAL : Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun. 2005- ). Buenos Aires : CLACSO, 2005- .

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SINGER, P. **É Possível Levar o Desenvolvimento a Comunidades Pobres?** Texto para Discussão. Brasília: SNES -- SECRETARIA ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Ministério do Trabalho e Emprego. 2004.

\_\_\_\_\_. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002.